

Superávit primário supera meta semestral com folga

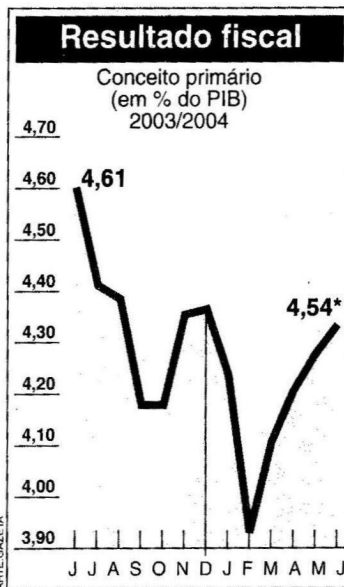
Excedente de R\$13,5 bilhões ajudará a cumprir o acordo anual, diz o BC

Gabriela Valente e
Simone Cavalcanti/InvestNews
de Brasília

O setor público — governos federal, estaduais e municipais, mais suas empresas estatais — registrou superávit primário (receitas menos despesas excluindo pagamentos de juros) de R\$ 46,18 bilhões, ou 5,76% do Produto Interno Bruto (PIB), no primeiro semestre do ano. O resultado ficou R\$ 13,58 bilhões acima da meta semestral de R\$ 32,6 bilhões acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo o boletim de política fiscal divulgado sexta-feira pelo Banco Central (BC).

Para o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, a margem de R\$ 13,5 bilhões acima da meta para o semestre ajudará a cumprir o acordo em todo o ano. “Essa diferença contribuirá para que a meta anual de R\$ 71,5 bilhões seja alcançada com facilidade”, disse Lopes. Entre julho e dezembro, o setor público precisa fazer, em média, um superávit primário de R\$ 4,2 bilhões mensalmente. “Isso é absolutamente factível”, disse.

Em junho, o superávit primário alcançou R\$ 7,91 bilhões, o melhor desempenho desde o início da série histórica em 1991. Todos os segmentos do setor público não finan-



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil *Em 12 meses

ceiro contribuíram para o recorde. A União obteve superávit de R\$ 5,35 bilhões, os governos regionais — estaduais e municipais — registraram saldo positivo de R\$ 1,7 bilhão e as empresas estatais de R\$ 900 milhões. No primeiro semestre, também houve superávit em todos os segmentos do setor público: a União conseguiu R\$ 35,6 bilhões; os governos regionais, R\$ 10,2 bilhões; e as estatais R\$ 414 milhões.

As estatais saíram do déficit de R\$ 735 milhões em maio para superávit de R\$ 880 milhões em junho. Lopes disse que o desempenho das estatais deverá ser superavitário ao longo do segundo semestre. Os governos regionais vão na contra mão do que se esperava de um ano eleitoral. Em vez de gastar bastante com as campanhas, houve superávit de R\$ 1,68 bilhão. “Os governos regionais não são mais uma preocupação”, disse o chefe do departamento econômico do Banco Central.

Lopes estima que a relação entre a dívida líquida do setor público consolidado e o PIB deve chegar a 55,5% em julho, se mantida a taxa de câmbio em R\$ 3,04. Entre maio e junho a relação dívida/PIB recuou de 56,6% para 56%. Na opinião dele, considerando-se câmbio de R\$ 3,12 projetado para o fim do ano pelo mercado, a relação entre a dívida pública líquida e PIB deverá ser de 56,5% ou 57% no fim do ano. No entanto, ele afirmou que não há como fazer previsões em termos nominais. A meta indicativa com o Fundo Monetário é de R\$ 1,01 trilhão.

No primeiro semestre, o pagamento de juros da dívida chegou a R\$ 61,83 bilhões, ante os R\$ 74,27 bilhões registrados no mesmo período do ano passado.